

# Ajuste começa por estatais

Nos últimos cinco anos, de 1984 a 1988, o Estado perdeu US\$ 30 bilhões, que foram transferidos diretamente às indústrias do setor privado como consequência da opção de conter a inflação com o arrocho de preços e tarifas das empresas estatais. Essa conta foi feita pela assessoria econômica do PT para justificar porque o ajuste fiscal de um governo Lula começará pela recuperação da receita das empresas estatais — uma tarefa que a equipe econômica atual promete deslanchar neste final do governo Sarney. O exemplo mais forte citado pelos petistas é o das siderúrgicas governamentais, que perdem dinheiro vendendo aço a preços abaixo do custo.

- Não há Estado que aguente um rombo desses. O Tesouro financia as estatais e falta dinheiro para saúde e educação — alerta o professor da Fundação Getúlio Vargas e integrante da equipe de economistas do PT, Luiz Carlos Merege. Só no ano passado, a perda do Estado com essa política foi de US\$ 9 bilhões, segundo os cálculos de Merege. Ou seja, esse foi o prejuízo que teve de ser coberto com financiamento do Tesouro Nacional, como resultado da decisão do governo de reajustar os preços e as tarifas das estatais abaixo da inflação.

Para os economistas do PT, a discussão *neoliberal* que aponta as estatais como causa da crise fiscal é equivocada, porque não aborda a questão das tarifas e da pressão exercida pelo governo central para que as estatais tomassem financiamento externo. Por isto a proposta de governo do PT é adotar uma política de reajustes de tarifas acima da inflação. A recuperação da receita das estatais, no entanto, será gradual, a fim de evitar impacto significativo nos preços.

O cronograma de recuperação, dentro do projeto do PT, vai depender do atraso em que estiverem as tarifas no dia 15 de março, data prevista para a

posse do novo presidente. É que, para evitar o repasse direto do aumento para os preços industriais, a equipe pretende reforçar o funcionamento das câmaras setoriais. Essas câmaras serão integradas por trabalhadores, empresários e governo e devem assegurar um controle mais efetivo de preços. A política industrial e o estímulo às importações devem assegurar a melhoria de produtividade, que substituiria o aumento automático de preços, na expectativa da equipe da Frente.

O programa de um eventual governo Lula também prevê a manutenção das estatais produtivas de setores essenciais. Na definição da equipe, petróleo, energia elétrica, química, petroquímica e aço são setores essenciais, mas outras estatais poderão ser privatizadas ou extintas. "Empresas como a Companhia de Navegação do São Francisco, que são cabides de empregos, serão extintas e seu pessoal remanejado para áreas carentes", explica Merege. Para o economista, o orçamento de 1990, que prevê investimento das estatais com recursos próprios, mostra que as empresas do governo são viáveis. "O grande problema foi que o setor privado impediu o aumento de tarifas", afirma.

Asseguram os assessores econômicos de Lula que não se planeja aumentar a participação do Estado na economia. "O Estado não substitui o setor privado", diz Merege. O eventual aumento do aparelho estatal no governo PT, de acordo com seus economistas, somente se daria em setores definidos previamente na programa, como nas áreas de saúde e educação. "Está na hora de alterar os velhos clientes do Estado", conclui Merege, referindo-se à utilização em novas prioridades de recursos, que até agora vinham sendo empregados em subsídios e incentivos fiscais. (M.L.A e T.B.)